



DIÁRIO

da Assembleia da República

V LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1988-1989)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE JULHO DE 1989

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Manuel Mala Nunes de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Calo Roque

Apolónia Marla Pereira Teixeira

Daniel Abílio Ferrelra Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 45 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de resolução n.º 29/V (PCP).

Procedeu-se à discussão e votação, na especialidade e final global, da proposta de lei n.º 76/V, que autoriza o Governo a estabelecer um novo regime jurídico das associações de municípios, tendo sido aprovada. Intervieram no debate, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (Nunes Liberato), os Srs. Deputados Ilda Figueiredo (PCP), Abílio Costa (PSD), Cláudio Percheiro (PCP), Gámeiro dos Santos (PS) e Carlos Lilaia (PRD).

A Câmara discutiu e aprovou, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o projecto de lei n.º 389/V (PCP) — Atribuição de uma subvenção vitalícia aos cidadãos

que participaram na Revolução de 18 de Janeiro de 1934, na Marinha Grande. Intervieram no debate, a diverso título, os Srs. Deputados João Amaral e Jerónimo de Sousa (PCP), Cal Brandão (PS), Mota Veiga (PSD), Barbosa da Costa (PRD), Edmundo Pedro (PS), Marques Júnior (PRD), Naraña Coissoró (CDS), João Corregedor da Fonseca (Indep.) e Carlos Encarnação (PSD).

Finalmente, foi discutido, na generalidade, o projecto de lei n.º 68/V (CDS) — Alteração à Lei n.º 13/85, de 6 de Julho. Intervieram no debate os Srs. Deputados Nogueira de Brito (CDS), Sousa Lara (PSD), Barbosa da Costa (PRD), José Manuel Mendes (PCP) e Alberto Martins (PS), tendo a proposta de lei, a requerimento do PSD, do PCP, do PRD e do CDS, baixado às 3.ª e 8.ª Comissões.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 5 minutos.

O S **Presidente** — Srs Deputados temos quorum
lo que declaro aberta a sessão

Ela n 10 ho as e 45 minutos

E t a p e s e n t e s e g u i n t e s S s Deputados

La tido So til Democrati (PPD/PSD)

Alto l Mesquita Araújo Gu d

Ade to Manuel Soares Campos

Ad ano Sil a Pinto

Albe to Cerqueira de Oli eira

Alberto Monteiro de Araújo

Antonio Ablo Costa

A ton c Ab antes Pe a

A to o l Car alho Mart is

A to io Costa de A So la Laã

Antonio Fernandes Ribeiro

Antonio Joaquim Co reia Vairinhos

Anto o Jorge Santos Pereira

Anton o Jose Cae o da Motta Veiga

A to io Jose de Car alho

A to o Jose Coelho Araújo

A t o Manuel Lopes Ta ar

A ton o Ma ia Ol ira de Matos

Anton o Maria Ourique Mendes

Antonio Mar o Santos Co mbra

Antonio Paulo Martins Pereira Coelho

A to io Sergio Ba bosa de Aze edo

Anton o da Sil a Bacelar

A id Al do Nascimento Teixeira

A lndo da-Sil i Andre More a

A rido Cr alho Guerre o Cunha

Armando Lopes Correia Costa

Armenio dos Santos

A naldo Angelo B ito Lhamas

Belar io Henr que Corre a

Ca la Tito Do o

Ca lo Lels da Ca a Gonç al es

Ca lo Manuel Dat Oli eira

Ca l Man el Ol i da Sil a

Carlos Manuel Pe eira Batista

Ca los Ma l Sousa Encarnação

Ca los M el M de Alme da Coelho

Ca lo Sa ran co Esmerald

Ca a Co i l rera

Ca l P i r c i no

Ca l ao Cu o Noric

D l Ab li Fre i r a Ba t c

D nah Serrao Alhandra

Domingos Dua te Lima

Dom ngos da Sil a e Sousa

Ediardo Alfredo de Car alho P da Sil a

Ei ilias Domingo M P Ribe ro da Sil a

E a to de Al c da Cuerra de Ol eira

F rido Jose A n n s Gome Pe e ra l

F rido Jose R Roque Co r a Alonso

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira

Filipe Manuel Silva Abreu

Francisco Antunes da Sil a

Fran o Joao Bernardino da Sil a

Fra o Mend s Costa

C m n o Sil a Dom ngos

Ca l b io Parça Madal

Ca do O londo de Freitas Rodr gu s

Henr que Nascimento Rodrigues

H la io Torres Aze edo Marques

Hu nberto Pires Lopes

Jaime Gomes Milhomens

Joao Al aro Poças Santo

Joao Domingos F de Ab eu Salgado

Jo o Granja Rodrigues da Fonseca

Jo a Jose Pedreira de Matos

Joao Jose da Silva Maças

Joao Maria Ferreira Teixeira

Joao Soares Pinto Montenegro

Joaquim Eduardo Gomes

Joaquim Vilela de Araújo

Jo e Paulo Seabra Roque da Cunha

Jo Alberto Puig dos Santos Costa

Jose de Almeida Cesario

Jo Alvaro Machado Pacheco Pereira

Jose Angelo Ferreira Correia

Jose Assunção Marques

Jose Augusto Ferreira de Campos

Jo e Francisco Amaral

Jo Guilherme Pereira Coelho dos Reis

Jo Julio Vieira Mesquita

Jo Lapa Pessoa Paiva

Jose Leite Machado

Jose Luis Bonifacio Ramos

Jose Luis Campos Vieira de Castro

Jo o Luis de Car alho Lalandia Ribeiro

Jo e Manuel Rodrigues Casqueiro

Jose Manuel da Sil a Torres

Jose Pereira Lopes

Jose de Vargãs Bülcao

Luis António Martins

Luis Filipe Garrido Pais d Sousa

Lu s Manuel Costa Gerales

Lu s Manuel Ne es Rodrigues

Lu s da Sil a Ca alho

M uel Albino Casim ro de Almeida

Manuel Antonio Sa Fernandes

Manuel Coelho dos Santos

Manuel Ferreira Martins

Manuel Joao Va Fre xo

Manu l Joaquim Bat ta Cardoso

Ma u l Joaquim Dias Loureiro

M uel Maria Moreira

Margarida Borges de Carvalho

Maria da Conceição U de Castro Pereira

Maria Luisa Lourenço Ferreira

Ma ia Manuela Aguiar Moreira

Mar Patricia Pinheiro Correia e Lança

Mario Ferre ra Basto Raposo

M io Jorge Belo Maciel

Mario Julio Montalvao Machado

Mario de Oliveira Mendes dos Santos

Mateus Manuel Lopes de Br to

Mi uel Bento M da C de Macedo e Sil a

M guel Fernando C de Miranda Relvas

N ro Miguel S Ferreira Silvestre

Pe dro Domingos de S e Holstein Campilho

Reinaldo Alberto R os Gomes

Rui Alberto Limp Sal ida

Rui Gomes da Sil

Ri Manu l Almeida Mendes

V ldema Cardoso Al es

V l g lio d Oli eira Carneiro

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 António de Almeida Santos.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes Silva Braga.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.
 António Manuel Oliveira Guterres.
 António Miguel Morais Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Martins do Vale César.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Edmundo Pedro.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Helder Oliveira dos Santos Filipe.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Luís Costa Catarino.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Luís do Amarál Nunes.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Leonor Coutinho Pereira Santos.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Júlieta Ferreira B. Sampaio.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousa da Costa Brito.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favas Brasileiro.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo Brito.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Jorge Manuel Abreu Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Júlio José Antunes.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luis Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Luísa Amorim.

Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Isabel Maria Ferreira Espada.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 Rui dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Basílio Adolfo de M. Horta de Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Deputados Independentes:

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta de diplomas entrados na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas anunciar à Câmara que deu entrada na Mesa o projecto de resolução n.º 29/V, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, propondo a «criação de uma subcomissão eventual no âmbito da Comissão de Agricultura e Pescas para análise dos prejuízos sofridos pelos agricultores resultante dos temporais de Junho de 1989», que foi admitido.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos entrar no período da ordem do dia, começando pela discussão e votação, na especialidade, da proposta de lei n.º 76/V, que autoriza o Governo a estabelecer um novo regime jurídico das associações de municípios. Uma vez que não há qualquer proposta de alteração relativamente à alínea a) do n.º 1 poderíamos passar à sua votação.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, creio que seria importante ouvir ainda nesta matéria, a posição do Sr. Secretário de Estado face às diferentes propostas que já foram entregues na Mesa, que sejam as do PSD, do PS, do PCP ou do PRD, e talvez ouvir também os diferentes grupos parlamentares sobre essas mesmas propostas, dado que há aqui algumas questões que ainda precisam de ser clarificadas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abílio Costa.

O Sr **Abilio Costa** (PSD) — Sr Presidente gosta de dizer que como metodologia penso que seria de aceitar a sugestão da Sr Deputada Ilda Figueiredo na medida em que há ainda a possibilidade de ganhar e de entrar logo à partida algumas propostas entre as apresentadas na Mesa

O Sr **Presidente** — Tem a palavra o Sr Ministro dos Assuntos Parlamentares

O Sr **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (António Capucho) — Sr Presidente julgo que a sugestão da Sr Deputada Ilda Figueiredo é positiva mas em primeiro lugar seria mais conveniente para o Conselho primeiro as nossas propostas pelo que teremos muito gosto em apresentar depois a nossa posição até porque confesso não tenho a certeza de termos sobre a nossa bancada todas as propostas apresentadas

Talvez fosse útil que todos os grupos parlamentares que apresentaram propostas fizessem uma brevíssima e clara do conteúdo das mesmas para depois apresentar a nossa posição

O Sr **Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Claudio Percheiro

O Sr **Claudio Percheiro** (PCP) — Sr Presidente Srs Deputados De acordo com o consenso estabelecido ou fazer a apresentação das nossas propostas De o dizer que elas têm em si fundamentalmente reforçar as assembleias intermunicipais mantendo a sua composição de três membros por município permitindo que nas associações com mais de dez municípios a participação dos eleitos nessas assembleias intermunicipais seja de dois ou três membros por município Esta é a nossa primeira proposta no que se refere à composição dos órgãos alínea b) da proposta de autorização legislativa do Governo

Quanto ao conselho de administração consideramos que a lei gente contempla um princípio correcto que consiste em permitir que exista sempre nos conselhos de administração um representante de cada município que aderiu li remente a associação de municípios Este é um princípio importante porque tem em conta decisões que tem de ser tomadas e em que de em estas apresentadas todos os municípios e não ardeados das decisões como a proposta de lei do Governo não defende

Relativamente à questão dos administradores delegados consideramos que essa proposta pode efectivamente trazer consequências boas porque tal como houve a abertura do debate na generalidade no dia 26 de Janeiro isso pode conduzir a que mais tarde os conselhos de administração não tenham necessidade de estar dado que as competências que são dadas aos administradores delegados podem levar a que estes substituam por completo os conselhos de administração

Por isso é importante que os conselhos de administração estejam representados por um município de onde extrair um funcionário nomeado e um decisor que de era te o estatuto de pessoal dirigente de acordo com o que está estabelecido no artigo 7.º do Decreto-Lei nº 116/84 de 6 de Abril na redacção dada pela Lei nº 44/85 de 13 de Setembro

Parece-nos que isto é correcto para que os conselhos de administração funcionem melhor e ao mesmo tempo há uma participação activa e efectiva de todos os municípios que compõem de facto a assembleia intermunicipal e a associação de municípios

Além disso apresentamos uma outra proposta no sentido de clarificar aquilo que o Governo não explicou no seu pedido de autorização legislativa que tem a ver com a questão das dotações subsídios ou com participações provenientes da administração central que a nosso ver so podem ser concedidas nos termos da Lei de Finanças Locais com inscrição dos respectivos montantes no Orçamento do Estado Isto Srs Deputados e Srs Membros do Governo pretende a clarificação e essencialmente a transparência dos subsídios que são dados às negociações dos municípios existentes no País

Por último fazemos uma recomendação uma vez que o Governo não procurou atender às reclamações justas feitas pelas associações de municípios em termos nacionais que consiste em permitir que as associações de municípios tenham um quadro de pessoal e não um mapa de pessoal Há pois uma diferença entre mapa e quadro de pessoal e o Sr Secretário de Estado sabe isso perfeitamente Um quadro de pessoal permite que a associação tenha funcionários que estão efectivamente no seu quadro que é aprovado que é publicado e que respeita os princípios que estão atribuídos para as autarquias locais

Em suma estas são as propostas de alteração que apresentamos que são importantes e tem em vista uma manutenção da pluralidade democrática dentro das associações de municípios uma transparência efectiva e o conhecimento de todos os eleitos do que se passa nas associações ao contrário do que o Governo propõe uma vez que pretende substituir o regime jurídico das associações retirando eleitos que de em pertencer acriticamente a esses órgãos como é de direito

O Sr **Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Gaetano dos Santos

O Sr **Gaetano dos Santos** (PS) — Sr Presidente Srs Deputados Satisfazendo o desejo do Governo e do PSD no sentido de conhecer as propostas do Partido Socialista relativamente a este pedido de autorização legislativa em primeiro lugar gostaria de dizer que conforme já referimos na discussão na generalidade parece-nos que uma matéria tão importante como esta deveria ter sido alvo de apresentação por parte do Governo de uma proposta de lei e nunca de um pedido de autorização legislativa Mas apesar disso apesar das críticas que então formulamos julgávamos se possível que em sede de comissões especializadas se atingisse algum consenso Infelizmente tal não foi possível embora pareça que o PSD estará agora disposto a aceitar algumas propostas de alteração apresentadas pelos partidos da Oposição designadamente pelo PS

E para o PS é fundamental que o novo regime jurídico das associações de municípios configure fundamentalmente no que diz respeito à composição dos seus órgãos o princípio da liberdade de os seus integrantes o definirem ou seja consideramos por exemplo no que diz respeito à assembleia intermunicipal e ao conselho de administração que a lei deveria indicar uncamente o número mínimo de elementos que deve constituir a assembleia intermunicipal Por isso

é que indicamos, na nossa proposta, dois elementos, isto é, o presidente e um dos vereadores de cada município integrante da associação, assim como consideramos que o conselho de administração deverá ter também um número mínimo de três elementos, deixando depois às próprias autarquias integrantes da associação a liberdade de, nos seus estatutos, definirem um número que acharem mais conveniente, ou, de certo modo, mais ajustado à realidade em que estão inseridos.

Outra questão que já foi alvo das nossas críticas na discussão na especialidade deste diploma, e que aparece retratado também numa proposta de alteração que oportunamente apresentámos, é a que se refere à duração do mandato da assembleia intermunicipal e do conselho de administração.

Se, no que diz respeito à assembleia intermunicipal, não há grandes dúvidas — a proposta do Governo aponta para que o mandato coincida com o mandato dos eleitos locais — já o mesmo não sucede no que respeita ao conselho de administração.

Consideramos que não há nenhuma razão plausível para que o mandato do conselho de administração das associações de municípios não coincida, primeiro, com o mandato da assembleia intermunicipal e, segundo, com o mandato das autarquias locais. Na nossa opinião, o mandato deverá ser de quatro anos.

No que se refere à vertente financeira, somos da opinião que a possibilidade de fixação de dotações — subsídios ou dotações provenientes da Administração Central — deve ser feita de uma forma transparente e clara. Achamos que a Lei das Finanças Locais deve ser respeitada e achamos também que estas verbas devem ser de inscrição obrigatória e explícita no Orçamento do Estado.

Relativamente ao quadro de pessoal, na proposta do Governo, como estamos recordados, considerava-se, de certo modo, o carácter transitório do funcionamento das associações de municípios que, como já vimos pela experiência das associações já existentes, não corresponde minimamente à realidade. Daí considerarmos que há que possibilitar a criação de quadros de pessoal autónomos, de forma a tornar operacionais as associações de municípios.

Consideramos também — e isso integra uma das nossas propostas de alteração — que o conselho de administração deveria ser obrigado a apresentar o plano de actividades, o orçamento e a conta de gerência.

No que se refere à figura do administrador não vemos, de facto, qualquer inconveniente no texto da proposta apresentada pelo Governo na medida em que o administrador vai ser, naturalmente, indicado pelo próprio conselho de administração. Como defendemos que o conselho de administração deve ser integrado por autarcas de municípios diferentes naturalmente que, dentro do possível e respeitando o pluralismo democrático, não vemos nenhum inconveniente em que a indicação do administrador se faça desta forma.

Queria ainda referir a necessidade do aparecimento, nesta proposta, de uma disposição que regule a adaptação dos estatutos das associações que já estão em funcionamento. Assim, consideramos que deve ser definido um prazo razoável para que as associações de municípios já existentes possam adaptar os seus estatutos ao regime jurídico agora proposto. Consideremos que, para tanto, o prazo minimamente razoável é de dois anos.

Eis, em suma, as propostas que apresentámos em sede de comissão e que, penso eu, estão à disposição do Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Sr. Presidente, não me parece muito positiva a sugestão feita pelo Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares porque, na minha opinião, ela parte de dois pressupostos errados.

O primeiro pressuposto errado é o de que o Governo não conhece as propostas que estão em discussão. É errado porque as propostas estão na posse do Governo há muito tempo, portanto, o Governo conhece-as perfeitamente.

O segundo pressuposto errado é o de que poderia ter havido um trabalho de cooperação entre maioria e oposição, em termos do trabalho de comissão o que, de facto, não se verificou.

Portanto, o que iremos aqui fazer será, provavelmente, uma pura perda de tempo, dado que os diferentes partidos conhecem as posições uns dos outros relativamente a esta matéria e o Governo também conhece a posição de cada um dos partidos. Mas enfim cumprindo aquilo que pode ser visto como uma praxe, o PRD não se exime, também ele, a apresentar as suas próprias propostas e a clarificar o seu sentido.

O objectivo das propostas de substituição e de aditamento que o PRD apresenta aponta, essencialmente, em dois sentidos. Num primeiro sentido, e do nosso ponto de vista, há que criar condições para uma maior democraticidade do processo de funcionamento das associações de municípios que, em minha opinião, a proposta do Governo deliberadamente restringe.

Um segundo sentido visa, exactamente, eliminar uma situação de quase estatuto único que o Governo, com esta proposta de lei, pretende que as associações de municípios aceitem. Na realidade, em minha opinião, o que o Governo procura, com alguma habilidade, é impor um figurino único para os estatutos das associações de municípios. Isto também não é bom, e provavelmente, não abonará os autores da proposta.

Concretamente, o PRD propõe que no conselho de administração estejam representados todos os municípios. Isto parece-nos importante porque — e não sei se é esta a intenção do Governo —, ao contrário do que poderá estar subjacente na proposta do Governo, estão criadas as condições para um divórcio autêntico entre a associação de municípios e os municípios que dele fazem parte. Explicando melhor, na proposta do Governo não se clarifica o processo de eleição possibilitando que os próprios membros do conselho de administração possam ser, todos eles, de um só município.

Quando há pouco falei no restabelecimento da democraticidade no funcionamento das associações de municípios, estava concretamente a referir-me a este ponto. Criar a possibilidade de que uma associação de municípios seja gerida por um conselho de administração em que todos os membros são de um só município não abona, em meu entender, em favor do princípio de democraticidade que estava no decreto-lei anterior e que deveria de facto, permanecer na proposta de alteração em discussão.

Há, depois, uma situação que poderá parecer de algum pormenor mas que não é de pormenor tão pequeno como isso. Diz respeito a uma proposta de

O Sr. **Abílio Coste** (PSD) — Sr. Presidente,
 S. Membros do Governo S. Deputados, O PSD
 ora dirige-se a V. Exas. com a proposta de lei apresentada
 pelo Conselho da Pretensão, realçar a preocupação
 com a organização do regime jurídico da
 Administração Pública. E, todavia, o Poder
 Judiciário bem e a preocupação com o
 funcionamento do Poder Judiciário.
 Os modernos que lhes possibilitam actuar nas suas
 áreas de intervenção.
 D'alça como principal característica deste
 diploma a operação aludida que se pretende criar. Diria
 eu que esta é a arcaística de um desafio ao Poder
 Judiciário. E, talvez, se a acente e se ira
 com um grande esforço, parte dos orgãos
 do Poder Judiciário, do Poder Judiciário
 e, finalmente, muito positivo para o País.

O S P e i d e n t e — «Tem a palavra o Sr. Secretar do Conselho da Administração Local do Ordenamento do Território e do Ambiente. — Sr. Presidente, Sr. Deputados, gostaria de comentar algumas questões aqui colocadas por deputados dos grupos parlamentares. A primeira refere-se à inter-encargos do Sr. Deputado Abílio Costa, no que diz respeito às propostas concretas que apresentou nomeadamente a proposta de substituição do ordenamento do território. Parece-nos que com efeito do nosso ponto de vista parece não ser perfeitamente razoável que a composição dos órgãos da assembleia intermunicipal e do conselho de administração seja elástica e flexível em relação ao projecto de decreto-lei que o Governo apresentou como a sua proposta de autorização legislativa de forma a que as associações de municípios possam adaptar-se da melhor forma possível aquilo que é a sua realidade própria. Parece-nos importante que na assembleia intermunicipal estejam representados todos os municípios, mas não que se diz respeito ao conselho de administração não tenham presente porque esta proposta foi apresentada tendo em conta as sugestões que as associações de municípios fizeram ao Governo no sentido de rigorosamente alterado este preceito da lei anterior. Como efeito era extremamente inoperacional numa série de municípios todos terem de estar representados no conselho de administração o que inabilita as associações de municípios numa certa medida. Por outro lado — neste prende-se com a questão da duração do mandato do conselho de administração que vários grupos parlamentares aqui observaram — parece-nos que esta situação de nem todos os municípios estarem devidamente representados no conselho de administração exige que o mandato seja efectivo e não a título de que o mandato das autarquias locais, pois dessa maneira os municípios podem ter alguma influência na situação da assembleia intermunicipal sobre a evolução da situação. Estes são aspectos que tem coerência entre si e que necessariamente tem de ser salvaguardados.

Quanto ao período transitório que foi aqui bastante referido, não só pelo Sr. Deputado Abílio Costa, mas também pelos outros intervenientes, nós pensamos que é razoável haver um período de adaptação.

O Governo, na sua perspectiva, está mesmo disposto a aceitar ou a dar a sua concordância a uma situação em que haja um período de adaptação de um ano, no que diz respeito à aplicação dos princípios da lei em geral, mas está disposto a ir mais além no que diz respeito à composição do conselho de administração.

Foram aqui salientados vários pontos de vista e o Governo teve uma reunião muito produtiva com representantes de todas as associações de municípios do País onde também foi salientado esse ponto.

Existem associações de municípios que funcionam com base em equilíbrios estabelecidos no seio do seu conselho de administração que seriam perturbados se, de imediato, se fizesse a aplicação da lei nesse aspecto.

Pensamos, portanto, que pode dar-se um período de transição do próximo mandato autárquico para a plena aplicação desse princípio, no que diz respeito à composição do conselho de administração.

Quanto às observações do Sr. Deputado Cláudio Perceiro, de que devem estar representados no conselho de administração representantes de todos os municípios, a nossa posição é de discordância, pois esse foi até o aspecto principal que nos levou a ter esta iniciativa perante o Parlamento. É exactamente para que isso não aconteça, pois está provado e várias associações de municípios têm transmitido esse ponto de vista ao Governo, que é inoperacional essa situação de conselhos de administração de trinta e tal elementos que conduzem a situações de inoperacionalidade muito graves.

Esta nova disposição é temperada com um aspecto a que, nomeadamente, o Partido Socialista se opõe, que é a questão de o período de vigência do conselho de administração ser apenas de um ano.

Estes são dois aspectos que se balanceiam entre si, porque aí a assembleia intermunicipal tem possibilidade, caso o conselho de administração esteja a funcionar numa forma muito inviável, favorecendo, eventualmente, algum dos municípios participantes, poder corrigir a sua actuação e fazer a substituição.

Há aqui uma coerência entre estes dois aspectos que eu gostava muito de salientar.

Uma questão que foi salientada também por praticamente todos os grupos parlamentares diz respeito à Lei das Finanças Locais. Toda a aplicação deste diploma é de apoios eventuais que decorram da parte do Governo às associações de municípios é feito no estrito cumprimento da Lei de Finanças Locais, nem outra coisa seria possível, aliás, como referi no debate da generalidade. Nessa perspectiva, não nos opomos a que esse objectivo figure no texto da autorização legislativa. Se esse for o ponto de vista da Assembleia, não teremos qualquer dificuldade em aceitar que isso seja consignado expressamente no texto da presente proposta de lei.

Quanto ao princípio da liberdade, o Sr. Deputado Carlos Lilaia foi particularmente agressivo quando falou no estatuto único que nós queremos impor aos municípios e às associações de municípios.

O estatuto não é tão único, como o Sr. Deputado Carlos Lilaia pretendia com alguns preceitos que queria incluir na lei, nomeadamente quando refere que o administrador-delegado devia apresentar bimensalmente

um relatório. Ora, nós deixamos aos estatutos da própria associação a possibilidade de prefigurar esses aspectos. Parece-nos que o facto de o administrador-delegado estar obrigado a estar presente nas reuniões de conselho de administração é já um aspecto muito específico.

Sr. Deputado: com esta iniciativa, o Governo avança significativamente no sentido de dar liberdade às associações de municípios de encontrar as melhores soluções — o anterior dispositivo legal é que era extremamente condicionante — e dá passos muito significativos, em muitos domínios da lei, no sentido de conceder essa liberdade de escolha a cada associação de municípios.

Parece-me que isso é positivo e que damos passos muito significativos, mas tem de haver um mínimo de enquadramento legal para os vários aspectos em consideração.

Quanto à questão de impedir a coincidência entre presidente de mesa e presidente do conselho de administração, mais uma vez damos um passo significativo ao não considerar a questão no âmbito da lei. Se o Sr. Deputado vir com atenção, na actual lei em vigor é obrigatória a coincidência, e nós retiramos essa obrigatoriedade, ou seja, damos a liberdade a cada município de determinar qual a solução que melhor

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, vai-me desculpar, mas não há condições para continuar no uso da palavra. Embora haja deputados que têm interesse em ouvir a sua intervenção, há outros que impedem essa audição; portanto peço-lhe que aguarde que estejam criadas as condições para ser ouvido.

O Sr. João Amaral (PCP): — Eu só espero que tenha essa preocupação em outras circunstâncias!

O Sr. Presidente: — Em todas as circunstâncias.

Pausa.

Faça favor de continuar, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Dizia eu que damos a liberdade a cada município de determinar qual a solução que melhor convenha, ou seja, de um princípio de obrigatoriedade de coincidência caminhamos para a liberdade de escolha, em cada caso.

Julgo, pois, que respondi às questões que foram apresentadas. Entretanto, no que se refere ao quadro de pessoal, que já foi debatido durante a discussão na generalidade, o nosso ponto de vista é o de que não deve haver quadro de pessoal. Não há necessidade de estar, por esta via, a multiplicar os efectivos de pessoal das autarquias locais que nós não queremos ver multiplicados. Existe possibilidade através do destacamento e da requisição dos municípios que fazem parte da associação, de encontrar soluções para o seu funcionamento.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Guterres pede a palavra para que efeito?

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa, no sentido de solicitar uma interrupção dos trabalhos por 30 minutos para que o Grupo Parlamentar do PS possa fazer uma

onferencia de imprensa para apresentação de um projecto de lei sobre o plantio de eucaliptos.

No entanto admitindo que possa haver um número limitado de perguntas ao Sr. Secretário de Estado e não querendo coarctar a discussão, nós faríamos a seguinte proposta quando o Sr. Secretário de Estado terminar as respostas a essas mesmas perguntas para não retardar o debate pedindo no entanto que sejam breves.

O Sr. **Presidente** — Muito obrigado, Sr. Deputado. Fa-se assim.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. **Carlos Lilaia (PRD)** — Sr. Secretário de Estado, começa a por lhe dizer que fazendo eu parte de um partido da Oposição a minha atitude tem de ser sempre a de alguma desconfiança sistemática, pelo menos a falta de melhor prova, daquilo que são as atitudes do Governo. Portanto, aquilo que estou a tentar fazer é deixar a que possam ser incluídas no texto da lei a prever a possibilidade de certas situações que, salvo no caso do Governo por vezes não tem dado prova disso, podem levar a situações de bloqueio do funcionamento ou criar condições para uma menor eficácia da actividade daquilo que eu devia ser em meu entender, o funcionamento das associações de municípios.

Relativamente à questão que o Sr. Secretário de Estado põe para explicitar melhor esta minha observação, dir-lhe-ia que o facto de nós desejarmos que o administrador delegado de a apresentar com uma regularidade bimensal os seus relatórios tem a ver com o facto de a proposta de autorização legislativa do Governo e de o texto que lhe é em anexo preverem apenas uma obrigatoriedade semestral.

Ora o que nós estamos a prever aqui é uma gestão de tal forma, tecnocrata com um administrador delegado completamente desligado do conselho de administração. Por isso quando lhe digo que ele deve estar obrigatoriamente presente em todas as reuniões do conselho de administração e porque a lei não o prevê e tem como finalidade haver uma ligação muito estreita entre o administrador delegado e o conselho de administração da associação de municípios.

Por outro lado em relação ao conselho de administração, ao contrário daquilo que muitas vezes sucede, uma certa abertura da parte do Governo através do Sr. Secretário de Estado ao mostrar uma certa flexibilidade para discutirmos esta questão do conselho de administração.

Do nosso ponto de vista seria de desejar que estivessem todos os membros representados no conselho de administração e de facto ao contrário do que o Sr. Secretário de Estado disse há pouco, não há associações de municípios com mais de 30 membros nem é desejável que haja. A prática que a lei prevê, a que de acordo com uma nota que eu tenho aqui, com a constituição de todas as associações de municípios, a mediação entre os cinco e os seis membros em cada município, portanto temos de ser flexíveis. Eu posso concordar de uma excessiva maneira com a proposta de que todos os membros estejam representados no conselho de administração, mas eu diria que pelas razões que aduzi a proposta do Governo é perigosa e por estes factos vamos criar as condições para que essa flexibilidade que demonstrou seguir a prática.

Relativamente à questão de o exercício das funções de presidente da mesa da assembleia intermunicipal ser incompatível com a presidência do conselho de administração parece-me obvio e com certeza ao Sr. Secretário de Estado também mas ambos e se na prática depois também se verifica e portanto se por essa tal atitude que de e ser no meu entender a atitude da Oposição e não a atitude da maioria percebe-se perfeitamente ambos por estas questões preto no branco.

O Sr. **Presidente** — Sr. Secretário de Estado, V. Ex.ª deseja responder já ou no fim de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território** — Prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** — Então tem a palavra a Sr. Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr. **Ilda Figueiredo (PCP)** — Sr. Secretário de Estado, nas respostas que V. Ex.ª deu às questões que aqui foram suscitadas e sobretudo as propostas apresentadas pelos diversos partidos pareceu-me que adoptou uma posição mais equilibrada do que aquela que teve quando travamos aqui o debate na generalidade o que registamos naturalmente.

Gostaria ainda de dizer que por parte do PSD em sede de debate na especialidade na comissão e agora aqui consubstanciada nas propostas já apresentadas se denota a intenção de em alguns aspectos manter a actual e em outros a melhorar a proposta que o Governo tinha apresentado em sede de debate da proposta de decreto-lei que prevê depois de obter esta autorização legislativa.

O PCP, através da intervenção do Sr. Deputado Claudio Percheiro, já justificou as propostas que apresentou que parece que seriam as mais correctas.

No entanto apesar de tudo considere ambos que esta tentativa de melhorar a proposta inicialmente apresentada pelo Governo e positiva. Contudo há uma questão que gostaria que fosse clarificada.

Por parte do PSD em sede de debate na comissão houve essa intenção — aliás apresentada por escrito — de permitir que houvesse um período de transição de quatro anos para as associações de municípios poderem proceder à alteração dos seus estatutos. Isto parecia-nos uma posição bastante correcta de tal forma que a formalizámos através de uma proposta agora apresentada na Mesa que é igual àquela que o PSD tinha apresentado em sede de debate na Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente.

O facto de o Governo reduzir agora esse prazo para um ano levou o a reformular a sua proposta e a não apresentar a inicial, o que me parece negativo. Por que apenas um ano? Porque não no mínimo dois anos? É evidente que abre a excepção para o conselho de administração e a situação mais complicada.

Embora discordo dos argumentos apresentados pelo Sr. Secretário de Estado, creio que manter o prazo de quatro anos para a adaptação é razoável. Mas por que não manter um prazo decente para todas as alterações ao Estatuto tal como propunha inicialmente o PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado, a quem solicito um bom poder de síntese, não tanto como o tempo disponível, mas também não o excedendo em muito.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local e o Ordenamento do Território**: — Sr. Deputado Carlos Lilaia, creio que já tive ocasião de responder às observações que V. Ex.^a levantou e, portanto, não há necessidade de esclarecimentos adicionais da minha parte.

Quanto à Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo, que, aliás, fez uma intervenção que revelou uma posição muito mais equilibrada daquela que tinha revelado no debate na generalidade...

A Sr.^a **Ilda Figueiredo (PCP)**: — Da outra vez nem intervim!

O **Orador**: — No que diz respeito aos quatro anos para a aplicação da lei, interrogo-me-me o que é que estamos aqui a fazer; no fundo, estamos a fazer uma lei para permitir a sua aplicação daqui a quatro anos...!?

De facto, não me parece razoável estar a introduzir esse período tão largo de entrada em vigor de todos os preceitos, embora compreenda a intenção, que me parece boa. Porém, repito, parece-me negativo considerar um período tão longo! Por isso, na intervenção que produzi, procurei encontrar uma solução equilibrada para o efeito, isto é, um ano no que diz respeito à aplicação da lei em geral, e no que diz respeito ao conselho de administração, que se encontra em funcionamento à data da aplicação do diploma, poder continuar, durante o próximo mandato autárquico, com o número de elementos que tem actualmente.

O Sr. **Cláudio Percheiro (PCP)**: — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Secretário de Estado?

O **Orador**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Cláudio Percheiro (PCP)**: — Sr. Secretário de Estado, gostaria que V. Ex.^a especificasse mais claramente o que é que se vai passar com as associações de municípios, que têm uma estrutura empresarial, que têm quadros técnicos e operários qualificados, e que não têm integração nos quadros e na especificidade de categorias da Administração Local. Como é que o Sr. Secretário de Estado considera que num ano é possível resolver esta situação? Não seria uma medida cautelar deixar um período mais longo de, pelo menos, dois ou quatro anos, como propomos, para que estas situações se resolvessem?

Sr. Secretário de Estado, vou colocar dois casos: na Associação de Municípios de Beja, uma empresa tipográfica, produção do «Diário do Alentejo», onde está a qualificação em termos da Administração Local desses operários para ser possível transferi-los para os quadros dos municípios?

Outro caso muito concreto é o da LIPOR. Como é possível, Sr. Secretário de Estado, resolver esta situação da LIPOR, com 114 trabalhadores, com quadros técnicos altamente qualificados, com especificidade de funções?

Sr. Secretário de Estado, não seria bom tomarmos, consensualmente, uma medida cautelar no sentido de que estas situações não se venham a agudizar e que seja possível resolvê-las com ponderação necessária?

O **Orador**: — Sr. Deputado, de facto estamos a considerar um período de transição; estamos a admitir o período de um ano exactamente para consideração dessas situações e para a resolução desses problemas. De facto, parece-nos amplamente razoável o prazo de um ano para a aplicação da lei.

Qualquer aumento desse prazo corresponde, no fundo, a um deferimento da aplicação da lei, que julgo que não se justifica.

Portanto, apenas no aspecto que referi, creio que é razoável estar a aumentar o período, designadamente no que se refere à operacionalidade, que foi aqui bem salientado aquando do debate na generalidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tal como foi solicitado pelo Sr. Deputado António Guterres, está suspensa a sessão por 30 minutos.

Eram 11 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro reaberta a sessão.

Eram 12 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à votação, na especialidade, da proposta de lei n.º 76/V — Estabelece o regime jurídico das associações de municípios.

Vamos votar a alínea a) do n.º 1 do artigo único da proposta de lei.

Submetida a votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e abstenções do PS, do PCP, do PRD e do CDS.

É a seguinte:

Artigo único

1 — Fica o Governo autorizado a legislar com o objectivo de alterar o regime jurídico das associações de municípios, de acordo com os seguintes princípios:

a) A obrigatoriedade de inclusão nos estatutos quer das condições de admissão de novos associados quer das condições de retirada por parte dos que a integram.

O Sr. **Presidente**: — Em relação à alínea b), n.º 1, foram apresentadas duas propostas de substituição, uma do PCP e outra do PSD, e três propostas de aditamento, uma do PCP, outra do PS e outra do PRD.

Vamos votar a proposta de substituição, do PCP, do seguinte teor:

b) O número de membros da assembleia intermunicipal é de três por cada município, podendo, nas associações com mais de dez municípios, ser de dois ou de três membros por município.

Submetida a votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP e do PRD e a abstenção do CDS.

O Sr. **Presidente** — Vamos votar a proposta de substituição representada pelo PSD.

Substituição da proposta de aditamento do PSD e do CDS e da proposta do PS e do PCP

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

estando de facto prejudicadas porque se referem ao redimensionamento da composição dos órgãos. A questão colocada pelo Sr. Deputado Claudio Percheiro tem a ver com a duração do mandato da comissão associada à alínea d).

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

PRD — O Sr. **Presidente** —

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar a proposta de aditamento de duas novas alíneas d.1) e d.2), apresentada pelo PS.

Submetida a votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP e do PRD e a abstenção do CDS.

É a seguinte:

d.1) A duração do mandato dos membros da assembleia intermunicipal é igual à do mandato para os órgãos das autarquias locais, salvo se, por qualquer motivo, o membro deixar de pertencer ao órgão da autarquia que representa, caso em que o indicado novo membro que completará o mandato do anterior titular;

d.2) A duração do mandato dos membros do conselho de administração é igual à do mandato para os órgãos das autarquias locais, salvo se, por qualquer motivo, o membro deixar de pertencer ao órgão da autarquia que representa, caso em que a assembleia intermunicipal elegerá novo membro que completará o mandato do anterior titular.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar a alínea d) do n.º 1 do artigo único da proposta de lei.

Submetida a votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS e abstenções do PS, do PCP e do PRD.

É a seguinte:

d) A delimitação da duração do mandato, sempre vinculado à exigência da representatividade.

O Sr. Presidente: — Em relação à alínea e), n.º 1, foi apresentada, pelo Partido Socialista, uma proposta de eliminação.

Vamos votar.

Submetida a votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP e do PRD e a abstenção do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar a alínea e), n.º 1, do artigo único da proposta de lei.

Submetida a votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS e abstenções do PS, do PCP e do PRD.

É a seguinte:

e) A obrigatoriedade de confirmação do mandato após a ocorrência de eleições gerais nacionais para os órgãos autárquicos.

O Sr. Presidente: — Em relação à alínea f), n.º 1, foram apresentadas uma proposta de substituição, pelo PCP, e uma proposta de aditamento, pelo PRD. Vamos primeiro votar a proposta de substituição da alínea f), apresentada pelo PCP.

Submetida a votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, votos a favor do PCP e abstenções do PS, do PRD e do CDS.

É a seguinte:

f) A possibilidade de nomeação de um director de serviços nos termos e com o estatuto de pessoal dirigente, tal como se encontra previsto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, na redacção da Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados vamos votar as propostas de aditamento de duas novas alíneas, a f.1) e f.2), apresentadas pelo PRD.

Submetidas a votação, foram rejeitadas, com votos contra do PSD, votos a favor do PCP e do PRD e abstenções do PS e do CDS.

Eram as seguintes:

f.1) O administrador-delegado deverá apresentar ao conselho de administração, com periodicidade bimensal, um relatório circunstanciado sobre o modo como decorreu a gestão dos assuntos a seu cargo, para além da sua presença obrigatória em todas as reuniões do conselho de administração;

f.2) O exercício das funções de administrador-delegado confere, ao respectivo titular a qualidade de funcionário ou agente no caso de não pertencer a qualquer órgão da associação.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar a alínea f) da proposta de lei.

Submetida a votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS e abstenções do PS, do PCP e do PRD.

É a seguinte:

f) A possibilidade de nomeação de administrador-delegado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, penso que poderemos votar em conjunto as alíneas g), h), i), j) e l) da proposta de lei, em relação às quais não existe qualquer proposta de alteração.

Submetidas a votação, foram aprovadas, com votos a favor do PSD e abstenções do PS, do PCP, do PRD e do CDS.

São as seguintes:

g) A possibilidade de melhor aproveitamento dos recursos pela prestação de serviços a entidades diferentes dos associados;

h) A clarificação relativa à garantia de empréstimos com a totalidade ou parte do património associativo;

i) Alargamento do prazo para apresentação das contas de gerência a julgamento;

j) A possibilidade de requisição de pessoal a entidades diferentes dos municípios associados, eliminando-se os limites temporais legais da sua duração;

l) Sistematização do regime jurídico das associações municipais de direito público num só diploma.

O Sr **Presidente** — Srs Deputados vamos agora passar a votação das propostas de aditamento. Foram apresentadas pelo PCP pelo PS e pelo PSD propostas de aditamento relativas a uma no a alinea m)

Tem a palavra o Sr Deputado Claudio Percheiro

O Sr **Claudio Percheiro** (PCP) — Sr Presidente para simplificação dos trabalhos penso que estas propostas podem ser votadas em conjunto uma vez que elas são todas praticamente idênticas

O Sr **Presidente** — Tem a palavra Sr Deputado Abílio Costa

O Sr **Abílio Costa** (PSD) — Sr Presidente em virtude de não ter presente as propostas apresentadas pelo PCP e pelo PS proponha que a proposta do PSD fosse votada em separado

O Sr **Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Gameiro dos Santos

O Sr **Gameiro dos Santos** (PS) — Sr Presidente a insuficiência retratada pelo Sr Deputado Abílio Costa pode ser suprida através da leitura das propostas

O Sr **Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Carlos Lilaia

O Sr **Carlos Lilaia** (PRD) — Sr Presidente penso que não referiu a proposta de aditamento da alinea m) apresentada pelo PRD

O Sr **Presidente** — Não a referiu Sr Deputado por que a proposta do PRD refere-se ao quadro de pessoal enquanto as restantes que vamos votar tem a ver com as receitas

Tem a palavra o Sr Deputado Abílio Costa

O Sr **Abílio Costa** (PSD) — Sr Presidente já temos conhecimento das propostas que foram apresentadas pelo PS e pelo PCP contudo há diferenças no articulado pelo que me parece se mais demorada a tentativa de conciliar a redacção do que votar separadamente as propostas pela ordem da sua apresentação

O Sr **Presidente** — Srs Deputados vamos então votar a proposta de aditamento de uma alinea m) apresentada pelo PCP

Submetida a votação foi rejeitada com votos contra do PSD votos a favor do PS do PCP e do PRD e a abstenção do CDS

Era a seguinte

- m) Fixar que as dotações e subsídios provenientes da Administração Central só podem ser concedidas nos termos da Lei das Finanças Locais com inscrição no Orçamento do Estado dos respectivos montantes

O Sr **Presidente** — Srs Deputados vamos votar a proposta de aditamento da alinea m) apresentada pelo PS

Submetida a votação foi rejeitada com votos contra do PSD votos a favor do PS do PCP e do PRD e a abstenção do CDS

Era a seguinte

- m) A fixação das dotações subsídios ou participações provenientes da Administração Central terá de ser feita nos termos da Lei das Finanças Locais com inscrição obrigatória das respectivas verbas no Orçamento do Estado

O Sr **Presidente** — Srs Deputados finalmente vamos votar a proposta de aditamento da alinea m) apresentada pelo PSD que deu entrada na Mesa hoje

Submetida a votação foi aprovada por unanimidade registando-se a ausência de Os Verdes e dos Deputados Independentes Carlos Macedo João Corregedor da Fonseca e Raul Castro

E a seguinte

- m) Clarificação do âmbito das receitas provenientes da Administração Central definindo nomeadamente que são receitas as dotações subsídios e participações provenientes da administração central e no quadro da Lei das Finanças Locais e legislação complementar

O Sr **Presidente** — Srs Deputados vamos votar as propostas de aditamento de uma alinea n) onde se insere a proposta de aditamento apresentada pelo PRD designada como alinea m) e também as propostas de aditamento apresentadas pelo PS pelo PCP e pelo PSD

Tem a palavra o Sr Deputado Gameiro dos Santos

O Sr **Gameiro dos Santos** (PS) — Sr Presidente as propostas de aditamento apresentadas pelo PRD pelo PCP e pelo PS que se referem a alinea n) estão relacionadas com o quadro de pessoal enquanto que a proposta de aditamento de uma alinea n) apresentada pelo PSD refere-se a outro assunto pelo que não deve ser votada neste conjunto

O Sr **Presidente** — Tem razão Sr Deputado. Portanto temos apenas as propostas de aditamento de uma no a alinea n) apresentadas pelo PS pelo PCP e pelo PRD sendo esta designada como alinea m)

Vamos votar a proposta de aditamento apresentada pelo PCP

Submetida a votação foi rejeitada com votos contra do PSD votos a favor do PS do PCP e do PRD e a abstenção do CDS

E a a seguinte

- n) Permitir que as associações criem um quadro de pessoal próprio

O Sr **Presidente** — Srs Deputados vamos agora votar a proposta de aditamento de uma alinea n) apresentada pelo PS sobre a possibilidade de os municípios criarem um quadro de pessoal próprio

O Sr **Gameiro dos Santos** (PS) — Essa proposta está prejudicada Sr Presidente

O Sr **Presidente** — Com certeza Sr Deputado. Sendo assim também a proposta apresentada pelo PRD relativa ao quadro de pessoal se encontra prejudicada tendo em conta a votação anterior

Vamos agora passar às propostas apresentadas pelo PS, pelo PSD e pelo PCP relativas aos estatutos das associações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. **Gameiro dos Santos (PS)**: — Sr. Presidente, como me parece que essas propostas se referem às disposições finais do articulado da lei, julgo que antes deveríamos votar uma proposta de aditamento de uma alínea o), apresentada pelo PS.

O Sr. **Presidente**: — Assim se fará, Sr. Deputado. Vamos, pois, votar a proposta de aditamento de uma alínea o), apresentada pelo PS.

Submetida a votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP e do PRD e a abstenção do CDS.

Era a seguinte:

- o) O conselho de administração fica obrigado a apresentar à assembleia intermunicipal o plano de actividades, o orçamento e a conta de gerência da associação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora passar à votação das três propostas apresentadas pelo PSD, pelo PS e pelo PCP relativas ao estatuto das associações.

Vamos votar, em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo PCP.

Submetida a votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, votos a favor do PCP e abstenções do PS, do PRD e do CDS.

Era a seguinte:

- n) Os estatutos das associações existentes à data da publicação do diploma serão modificados em tudo o que for contrário ao que no mesmo se dispõe e no período de quatro anos subsequentes à data da publicação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a proposta apresentada pelo PS.

Submetida a votação, foi rejeitada, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP, do PRD e do CDS.

Era a seguinte:

- n) Os estatutos das associações existentes à data da publicação do diploma serão modificados em tudo o que for contrário ao que no mesmo se dispõe e no período de dois anos subsequentes à data da publicação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a proposta apresentada pelo PSD em relação a estes assunto.

Submetida a votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e abstenções do PS, do PCP, do PRD e do CDS.

E a seguinte:

- n) Os estatutos das associações existentes à data da publicação do diploma serão modificados em tudo o que for contrário ao que no mesmo se dispõe, no período de um ano subsequente à data da publicação com excepção do que diz respeito ao número de elementos que compõem os conselhos de administração que se encontrem em funcionamento à data da publicação do presente diploma. Neste caso os conselhos de administração poderão continuar com o mesmo número de elementos até ao termo do próximo mandato autárquico decorrente de eleições gerais nacionais para os órgãos das autarquias locais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o n.º 2 da proposta de lei.

Submetido a votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, e abstenções do PS, do PCP, do PRD e do CDS.

Era o seguinte:

- 2 — A presente autorização legislativa tem a duração de 90 dias a contar da data da sua publicação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora proceder à votação final global da proposta de lei n.º 76/V.

Submetida a votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, registando-se abstenções do PS, do PCP, do PRD e do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, entramos no projecto de lei n.º 389/V, da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, referente à atribuição de uma pensão mensal vitalícia aos cidadãos que participaram na Revolução de 18 de Janeiro 1934, na Marinha Grande.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. **João Amaral (PCP)**: — Sr. Presidente, pretendo anunciar à Mesa e aos Srs. Deputados que o PCP entrega duas alterações ao projecto de lei, sendo a primeira, referente ao n.º 2, a eliminação da expressão «cumulável». A segunda é referente ao n.º 3 do artigo único, que passa a ter a seguinte redacção: «A subvenção mensal vitalícia referida no número anterior só é cumulável e transmissível ao conjugue sobrevivente nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 404/82 e legislação subsequente, para as pensões por serviços excepcionais e relevantes ao país.»

Gostaria, Sr. Presidente, que fossem registadas em acta duas anotações sobre esta questão, sendo a primeira a seguinte: as alterações agora entregues na Mesa resultam de um consenso que abrange todo o diploma. Não podemos deixar de nos congratular com esse facto, salientando a disponibilidade manifestada pelas restantes bancadas, incluindo a bancada do PSD.

A segunda anotação é a seguinte: da parte da bancada do PCP, as soluções de especialidade deste projecto, incluindo a solução contida no n.º 4, não constituem qualquer precedente.

Solicita a ao Sr Presidente o registo das alterações e igues na Mesa bem como das anotações com que complementa essas alterações.

O Sr Presidente — Estão nos ritos para intervir os Srs Deputados Jeronimo de Sousa Cal Brandao, Motta Veiga, Barbosa da Costa e Edmundo Ledo.

Tem a palavra o Sr Deputado Jeronimo de Sousa

O Sr Jeronimo de Sousa (PCP) — Sr Presidente Srs Deputados Deido ao largo consenso obtido na Assembleia de líderes parlamentares e possivelmente hoje se delibera sobre o projecto de lei do PCP que atribuição de uma subordinação política aos cidadãos ionais que participaram na Revolução de 18 de Janeiro de 1934.

É um projecto simples mas o seu significado e alcance esta para além do seu artigo unico tem um sentido e dimensão que ultrapassa o caracter economico e social e olha mos no seu conteúdo de justiça democratica e humanista.

O fundamento que sustenta obriga a uma breve retrospectiva historica sem julgamentos da tactica e da estrategia politica que conduziu ao movimento de 18 de Janeiro e que te e expressao mais significativa na Marinha Grande.

Num gesto de revolta contra a asfixia das liberdades sindicais e democraticas que o regime fascista impo no todo o povo particula mente aos trabalhadores os seus patricantes tentaram abalar o sistema imposto. De forma implacavel e algezes da liberdade não perdoaram apressando a abertura do campo de concentração do Tarrafal decapitando a organização do movimento operario atraes das prisoes dos seus principais dirigentes e punindo cruelmente os participantes mais activos do movimento de 18 de Janeiro.

E ta amos e itao muito longe do 25 de Abril de 1974. Mas e as consequencias da repressão que se abateu sobre o movimento operario foram duras e fizeram recuar o calendario da retoma da liberdade. O 18 de Janeiro constituiu tambem um exemplo exaltante de luta e um ensinamento para aqueles que como os nossos antepassados de Abril nos insensamos na luta contra o fascismo.

Abil chegou. Tão para alguns que pelas ideias e a ou imitados pela repressão sucumbiram. Mas aqueles que sobre i eram acreditaram que o Estado democratico lhes iria reconhecer o contributo que deram a luta pela liberdade.

Na Marinha Grande restam oito. As suas idades oscilam entre os 73 e os 83 anos. Estao portanto na ponta da idade. Ao todo so iam cerca de 70 anos de prisão. 70 anos de perdas irreparáveis desde o emprego familiar e aos afectos que sao parte integrante de qualquer ser humano.

Com o regime democratico eles viram militares professores trabalhadores da função publica serem com pensados pelos sacrificios e discriminações a que foram sujeitos pelo fascismo.

Interrogam se hoje esses oito sobre i entes nas suas petoes se e por em operarios que foram esquecidos.

Com promulgação da Lei n.º 17 A/84 de 16 de Abril que conceda uma pensao de reforma a quem contribuiu para a defesa da liberdade e da democracia sguilhes uma nova esperança.

Elas eram os respectivos requerimentos de repartição em repartição aguardaram a concretização do processo. Mas em 1987 na secção de pensões do Ministerio das Finanças e do Plano uma funcionaria informa a que po ordem do Conselho de Ministros o processo tinha sido arquivado em 1986. A esperança seguiu-se a desilusão e a revolta tanto mais difícil de suportar quando se esta no Outono da idade e se acredita como eles acreditam na dimensão humanista e de justiça da nossa democracia.

E porque nos acreditamos nessa dimensão porque para além das profundas diferenças ideologicas que marcam esta Casa peisa nos que ale a pena repor essa justiça a que tarda apresentamos o projecto de lei n.º 389/V visando fundamentalmente que como reconhecimento da Republica pelos creles antes sermos que esses homens prestaram a causa da democracia ao Estado portuguez de uma subvenção mensal igualitaria de valor identico a do montante mais elevado do salario minimo.

Sr Presidente Srs Deputados Em todo este processo erificou se que tanto por parte do Governo como por parte da maior parte começou a existir alguma debilidade para o problema.

Assim acontecer como tudo indica neste debate e na outação do diploma para além do merito e da oportunidade da iniciativa do PCP, ha que reconhecer a esses sobre i entes o merito principal de terem com determinação prosseguido mais este combate que tem a ver com a sua vida mas tambem e muito muito com a forma como entendemos a luta pela liberdade.

Sr Presidente Srs Deputados Esta a longe ainda de nascer quando se deu o 18 de Janeiro de 1934. Mas porque ele constituiu ponto de referencia na nossa accao e ate nas opções sindicais que fizemos quere mos finalizar esta iniciativa com uma saudação e manifestar uma profunda gratidão aos sobre i entes do 18 de Janeiro na pessoa de Manuel Baido operario 75 anos - 18 anos - 7 mezes de prisão que hoje olhara para esta Assembleia a aguardar um resgate de nocturno a fazer pelos deputados da Republica. Assim com f a nos.

Aplausos do PS do PCP e do PRD

Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Cal Brandao.

O Sr Cal Brandao (PS) — Sr Presidente Srs Deputados A luta contra o fascismo foi longa e difícil e nao obstante isso nunca as forças politicas e o povo deixaram de manifestar se em defesa da liberdade e dos direitos humanos que lhes tinham sido usurpados. Alias do que me honro por fazer, todo esse tempo. E durante esse periodo quase meio seculo a opressão foi ta, ao mesmo tempo, estu diersas formas desde manifestações de rua ate revoltas armadas de que resulta am sempre perseguições prisoes deportações e internamentos em campos de concentração ate sem processo ou julgamento previo.

O a tais situações acarrretariam além do e dente sofrimento pessoal a ruína das suas familias que em alguns casos nunca mais puderam reconstituir se.

O e c dos da revolta de 18 de Janeiro de 1984 na Marinha Grande tudo isso suportaram ja que essa revolta foi das mais brutalmente reprimidas pelo

Governo de então, pois até foram dos primeiros a ser enviados para o sinistro Campo do Tarrafal.

E numa altura em que lamentavelmente já se começa a esquecer o que foi a violência sofrida por aqueles que souberam opôr-se à ditadura, saibamos nós, embora tardiamente, contribuir para esta reparação, que está longe de ser justa.

Aplausos do PS, do PCP e do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente peço desculpa já que não sabia que havia outra intervenção na minha bancada. Assim sendo, prescindindo de momento.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Motta Veiga.

O Sr. Motta Veiga (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O projecto de lei n.º 389/V, da iniciativa do PCP, surgiu na sequência de conversações que foram entabeladas aquando da discussão do Orçamento Geral do Estado para 1989.

Por razões humanitárias e sociais, o PSD não inviabilizará este diploma. De facto, as alterações que posteriormente o PCP introduziu no diploma vieram enquadrá-lo no regime geral das pensões, sendo nossa opinião que essa era uma rectificação necessária, dado que não há qualquer razão para excepcionar estas pensões do regime geral, atendendo aos serviços excepcionais e relevantes prestados ao país.

Do nosso ponto de vista, também é importante que fique anotado que esta pensão não tem carácter de precedente, já que se trata de uma pensão pecuniária, e, por outro lado, consideramos importante que os aspectos introduzidos na especialidade atribuam ao diploma um carácter consensual de viabilização por parte do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa da Costa.

O Sr. Barbosa da Costa (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos perante um projecto de lei que pretende fazer justiça relativamente a cidadãos portugueses que, em 18 de Janeiro de 1934, com os meios de que dispunham, com as possibilidades que havia e com os riscos conhecidos, na Marinha Grande, foram pioneiros da revolução que veio a acontecer volvidas várias décadas.

Entendemos que a comunidade deve assumir, em várias circunstâncias, os custos e os riscos que possa haver relativamente a cidadãos que, com riscos vários, assumem uma defesa que cabe a todos aqueles que pretendem ver a democracia vivida e sentida no seu dia-a-dia.

Daí que isto seja mais uma decorrência daquilo que tem sido feito a outros cidadãos que prestaram, também eles, serviços excepcionais e relevantes, e que o Estado português já contemplou de várias formas.

Entendemos que por serem, de facto, operários, gente simples, devem ter exactamente o mesmo tratamento, ou até deveriam merecer um tratamento diferente, embora

eventualmente possamos estar em discordância com algumas das ideias que os moviam, mas o seu objectivo era efectivamente o de derrubar a ditadura que oprimiu o País durante vários anos. Daí que vamos dar o nosso voto favorável a esta iniciativa, repondo uma justiça que já tarda.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Edmundo Pedro.

O Sr. Edmundo Pedro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sinto, neste momento, uma particular responsabilidade ao usar aqui da palavra porque sou eu próprio um homem do 18 de Janeiro.

Fui preso algumas horas antes da eclosão dos primeiros acontecimentos que pautaram o 18 de Janeiro, designadamente em Lisboa, aqui na região de Chelas, e na Marinha Grande, que depois da meia-noite levou à ocupação inclusivamente do quartel da GNR naquela vila. Portanto, sendo um dos protagonistas desse acontecimento, sinto-me naturalmente tocado pela circunstância de poder hoje ser aqui o porta-voz desses sobreviventes e também daqueles que não puderam chegar até agora e que morreram no Tarrafal.

O projecto de lei n.º 389/V, do PCP, merece naturalmente a minha aprovação e o meu apoio sem qualquer reticência. Acho que é um acto de justiça, acho que teria sido importante que este projecto tivesse sido assumido pelo conjunto da Câmara. Considero que chegou a altura de que projectos desta natureza, numa democracia como a nossa, que está institucionalizada, normalizada, não serem assumidos por um partido mas pelo conjunto dos partidos.

É pena que na realidade um tal projecto não tivesse tido uma assunção colectiva. Se assim fosse, seria um acto que, do meu ponto de vista, significava uma adesão espontânea e natural de todas as bancadas a um acto que é de justiça.

O problema da resistência tem sido talvez prejudicado por uma certa abordagem partidária. Essa circunstância fez com que, inclusivamente na opinião pública, houvesse um certo desinteresse em relação àqueles que resistiram; no que concerne a alguns aspectos mais importantes da repressão fascista que, com o tempo, infelizmente, se foram desvalorizando.

Quero recordar que há dois anos assisti, aqui em Lisboa, a uma manifestação que passou despercebida. A República Federal Alemã realizou, no *Goeth Institut*, uma exposição sobre a resistência alemã. Ou seja, o Estado democrático alemão, o governo conservador alemão considerava extraordinariamente importante assumir como algo de muito relevante para a democracia alemã o acto de resistência.

Em Portugal, infelizmente, a problemática da resistência (e em particular alguns aspectos mais terríveis da repressão fascista) foi sendo pouco a pouco desvirtuada, pouco a pouco desvalorizada. Talvez isso tenha a ver com a má consciência de alguns agentes políticos. Mas acho que é tempo de, na realidade, se fazer um exame de consciência. É tempo de este problema ser, de facto, acolhido com outro estado de espírito por todas as bancadas, desde o PCP ao CDS.

Estou convencido que a direita portuguesa, aqui representada neste Parlamento pelo CDS, se reconverteu inteiramente à democracia. Não tenho dúvidas de que a direita portuguesa repudia os crimes, alguns dos quais nem sequer conhecia, feitos pelo regime de Salazar.

Quero recordar que fui preso com 15 anos de idade. Foi condenado num tribunal militar aos 15 anos — situação que me parece que é única no nosso país — a um ano de cadeia e a perda de direitos políticos por cinco anos, o que é uma coisa verdadeiramente absurda.

Quando me do Tarrafal (depois de ter cumprido esse ano de cadeia e de ter voltado a ser preso um ano depois de ter expiado a primeira pena e de ter em seguida cumprido mais 10 anos de cadeia) quando saí da cadeia repito aos 27 anos falei com algumas pessoas que então estavam perfeitamente em sintonia com o regime de Salazar e que não acreditaram no que me tinha acontecido. Não acreditaram e acham que não podia ser. De facto não faziam a menor ideia da natureza de alguns dos crimes que foram praticados.

Naturalmente que dou o meu apoio repito sem qualquer reticência ao projecto do PCP. Mas não posso deixar de sublinhar como sublinhei que é pena que ele não tenha sido assumido sem qualquer reserva por todos os partidos. Penso que é altura de todos os democratas em geral assumirem em relação a este problema uma outra perspectiva a perspectiva de que entendem que o acto da resistência foi transcendente, foi importante e que a democracia é e muito aqueles que resistiram independentemente das suas condições políticas e do campo em que se situaram. Há um dever de gratidão que em muitos aspectos não está satisfeito.

O caso do Tarrafal, por exemplo, foi sempre mal encarado. Foi sempre mal perspectivado. Foi atribuída uma pensão vitalícia aos homens sobre os mortos do Tarrafal que é transmissível às viúvas. Foi-lhes atribuída essa pensão vitalícia a título de serviços especiais de serviços extraordinários prestados à democracia e à liberdade. Mas esqueceu-se de um aspecto muito importante e que continua actual e que os presos do Tarrafal trabalham durante todo o tempo 8 horas por dia.

Ora o Estado português é um Estado de Direito e tanto na ordem interna como na ordem externa assume os compromissos e as responsabilidades do anterior regime. Assim penso que devia ter sido encarado este problema com outro enfoque porque o trabalho que foi realizado no campo de concentração independentemente da sua qualidade — muitas vezes era um trabalho só para castigar os presos — não foi pago.

O regime salazarista encobriu o seu crime maior que foi a criação de um campo de concentração numa ilha escondida do arquipélago de Cabo Verde. Nas prisões portuguesas aqui do continente naturalmente que o go e não fingia respeitar as leis internacionais fingia respeitar disposições que obrigam os vários governos (o go e não português até onde sei não subscreve eu essa convenção) que tinham presos políticos a não os sujeitar a trabalhos nas prisões.

Na realidade em Caxias em Peniche ou em Angra do Heroísmo os presos não foram obrigados a trabalhar. Mas os do Tarrafal foram. Criou-se para tanto uma disposição jurídica especial criou-se um regime especial ou seja uma colónia penal — que não tem qualquer significado para presos políticos — para justificar o crime de obrigar os presos a trabalhar sem lhes pagar pelo trabalho.

Esse aspecto não está devidamente analisado pelo Estado democrático. Tenho a certeza que se os ex-prisões do Tarrafal se dirigissem ao Tribunal Internacional de Haia (o Tribunal dos Direitos do Homem)

ele lhes dava razão. O Estado português ser a obrigado de facto a cumprir e a pagar aquilo que na realidade não pagou pelo trabalho dos presos.

Desculpem o calor com que falo nestes problemas. Não sou um homem de ódios. Todos os que me conhecem o sabem. Sou um homem extremamente tolerante. Pelo contrário compreendo as coisas. Mas falo com alguma emoção porque dadas as circunstâncias não posso deixar de o fazer.

Quero dizer que aceito perfeitamente este projecto com a alteração que lhe foi introduzida pelo PCP e que resultou da discussão com as restantes bancadas em particular com a bancada da maioria e que leu ou a que o subsídio actual não seja acumulado. Sou um homem do 18 de Janeiro. Já tenho uma subenção igual ao ordenamento nacional derivada do facto de ter sido um dos prisioneiros do campo de concentração do Tarrafal. Aceitaram que fosse transmissível às viúvas o que eu acho perfeitamente justo.

De qualquer modo quero lembrar aqui uma coisa atribuída a uma pensão às viúvas dos homens do 18 de Janeiro que ainda são vivos. Muito bem! E então as viúvas se ainda existem dos homens do 18 de Janeiro que morreram no Tarrafal. Porque é que são excluídas dessa subenção? Isto parece-me um e verdadeiro absurdo! Na realidade isto quer dizer que as viúvas dos homens de 18 de Janeiro que ainda estão vivas e eventualmente a ser beneficiadas (por receberem uma pensão se sobreviverem aos maridos) em relação às outras cujos maridos morreram no Tarrafal há já bastantes anos e que tinham de suportar sozinhas as dificuldades decorrentes desse facto!

Na generalidade e até mesmo com as alterações introduzidas no diploma do PCP dou o meu apoio mas penso que deariam ser introduzidas algumas correcções designadamente esta. Esta pensão vitalícia e igualmente alida tanto para as viúvas dos participantes da Revolução de 18 de Janeiro que morreram no Tarrafal como para as viúvas dos que por outras razões ali faleceram. Parece-me que isto é de elementar justiça.

Portanto termino com um apelo a compreensão de todas as bancadas dando naturalmente uma vez mais o meu apoio sem qualquer reserva a este projecto de lei apresentado e bem pelo PCP embora com pena de ele não ter sido apresentado por todos.

Aplausos do PS do PRD do PCP do CDS e do Deputado Independente João Co regedor da Fonseca

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Marques Junior.

O Sr. Marques Junior (PRD) — Sr. Deputado Edmundo Pedro o PRD já fez a sua intervenção no sentido de manifestar a sua adesão a este projecto com as considerações de que pro almente na especialidade se poderao introduzir algumas modificações — alias creio que algumas ficaram patentes nomeadamente as que foram referidas pelo ultimo na sua intervenção.

Contudo util o a figura de pedido de esclarecimento mais para sublinhar um aspecto que me parece muito importante e que tem sido pro almente esquecido ignorado ou desconhecido da generalidade das pessoas

Depois de ter ouvido o Sr. Deputado Edmundo Pedro referir, daquela bancada, o facto de ter sido preso aos 15 anos e de aos 16 anos ter ido para o Tarrafal, com todas as consequências que enunciou, nomeadamente a de ter estado 10 anos preso, quero sublinhar esse aspecto.

O Sr. Edmundo Pedro (PS): — Fui para o Tarrafal aos 17 anos!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Outros foram mortos!

O Orador: — Tenho muitas vezes invocado esta circunstância, nomeadamente quando converso com os jovens sobre o 25 de Abril, naquilo que ele representou de ruptura com o sistema e com o regime anterior, porque quase nenhum deles acredita que estas «coisas» se tivessem passado. Pensam que estamos a falar de um mundo etéreo, que não existe, duma galáxia diferente... No entanto, quando conseguimos demonstrar, por A mais B, com elementos «vivos», que houve pessoas que sofreram na pele situações como as que foram referidas pelo Sr. Deputado Edmundo Pedro, e que muitas vezes esquecemos, ignoramos ou não as divulgamos, penso que é um facto excepcionalmente importante e justificativo de que embora muitos erros tenha havido na sequência do 25 de Abril — e houve! —, só o facto de o 25 de Abril ter terminado com situações deste tipo valeu a pena.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para, como homem de Abril e na pessoa de um resistente como foi o Sr. Deputado Edmundo Pedro, fazer uma homenagem um pouco ao contrário, do que acontece habitualmente ou seja, de um Capitão de Abril para um resistente como Edmundo Pedro, que, neste momento, simboliza todos os outros, e dizer o seguinte: nós, os homens de Abril, reconhecemos sem sofisma que, se não tivessem existido e sofrido o que sofreram homens como Edmundo Pedro, o 25 de Abril que nós, na prática, protagonizámos não tinha sido possível.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Edmundo Pedro: Em primeiro lugar, a propósito da iniciativa que estamos a debater, quero prestar a V. Ex.^a a minha homenagem e a da minha bancada.

V. Ex.^a é um democrata de raiz, o que lhe permitiu tomar parte em revoluções, aos 15 anos, e sofrer tudo quanto sofreu. Mas, depois do 25 de Abril, V. Ex.^a não mudou para fazer a mesmíssima coisa, isto é, diminuir, restringir e cercear a liberdade dos outros em nome do antifascismo primário. Depois do 25 de Abril, V. Ex.^a mostrou que continuava a ser democrata e que não se servia da revolução para fazer do antifascismo, o fascismo ao contrário. Por isso mesmo, ao homenagear Edmundo Pedro, homenageamos todos aqueles que defenderam, defendem e defenderão, caso seja preciso, os Direitos do Homem num Portugal novo e velho.

Disse V. Ex.^a que o CDS representava a direita. E representa. Não temos vergonha de o dizer, pois assumimo-la e defendemos corajosamente os valores que a direita defende, porque entendemos que estes valores fazem falta à Pátria portuguesa. Mas disse ainda V. Ex.^a, ou deixou entrever, que os actos praticados antes do 25 de Abril poderiam ser hoje retratados por esta direita. Nada temos com os actos antidemocráticos, antidireitos do Homem, praticados por outrem, que a nossa bancada repudia firmemente, como sempre o fez. Não podemos é fazer um corte e dizer que nada temos a ver com o passado de Portugal. A Pátria é perene e todos temos a ver com tudo o que nela sucedeu. Por isso mesmo, também aqui estamos para dizer o quanto ficamos satisfeitos por o ouvir, daquela Tribuna, fazer o elogio da liberdade, da democracia e dos Direitos do Homem.

Disse V. Ex.^a que este projecto de lei poderia ter sido subscrito por todos, e seria, naturalmente, se o discurso da sua apresentação tivesse sido outro. Se este projecto tivesse sido apresentado com o discurso como o de V. Ex.^a, o CDS não teria a menor dúvida em subscrevê-lo nem a menor hesitação em dizer que ele também era nosso, porque não basta subscrever um projecto, é preciso que a alma e a linguagem que nele se coloca, assim como os considerandos que a seu propósito se fazem, também mereçam o consenso. Portanto, não podemos dar o nosso consenso à linguagem que foi usada, à forma como foi apresentado e ao modo como este projecto de lei serviu de bandeira para determinados dividendos partidários, que desta Assembleia se quiseram capitalizar. Logo, não nos é possível subscrever tal linguagem e tais adjectivos.

Vozes do PCP: — É preciso ter lata!

O Orador: — Mas não vamos contrariar este projecto de lei e, ao fazê-lo, queremos dizer, alto e em bom som, que se ele tivesse sido apresentado com a linguagem, a consideração, o âmago e o objectivo que V. Ex.^a apresentou, também teria sido subscrito e defendido pelo CDS.

Em todo o caso, bem haja pelas palavras que dirigiu ao CDS, pela forma nobre como apresentou o projecto e pelos serviços que prestou e continua a prestar a Portugal.

Aplausos do CDS, do PSD, do PS e do PRD.

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — O Sr. Deputado Narana Coissoró afirmou não poder subscrever subscrever este projecto de lei devido aos termos e à forma como foi apresentado na minha intervenção. Ainda não consegui perceber quais foram as palavras que tanto ofenderam a bancada do CDS e particularmente o Sr. Deputado Narana Coissoró. O que foi que lhe ofendeu os ouvidos? Porque falámos em liberdade? Porque dissemos que foi o exemplo exaltante desses homens mais velhos que nos ensinaram muitas vezes a lutar? É verdade, Sr. Deputado Narana Coissoró! Esta bancada esteve sempre do lado da liberdade, contra os opressores, o que nos honra muito, nunca o

esqueceremos e di-lo emos sempre independentemente
la assinatura do CDS

*Aplausos do PCP e do Deputado Independente Joao
Corregedor da Fonseca*

O Sr **Presidente** — Sr Deputado Narana Coissoro
ha ainda um pedido de esclarecimento V Ex deseja
contraprotestar já ou no fim?

O Sr **Narana Coissoró** (CDS) — Não ou natural-
mente dizer nada porque nada disse contra o discur-
so do Sr Deputado Jeronimo de Sousa Referi-me ape-
nas ao modo como o projecto de lei foi apresentado
isto e quem que um consenso pluralista para uma
causa tem também de utilizar uma linguagem como a
que o deputado Edmundo Pedro soube utilizar Basta
comparar os dois discursos para ver o fosso que os
separa e a diferença que neles existe

E tudo o que tenho a dizer

O Sr **Presidente** — Para pedir esclarecimentos tem
a palavra o Sr Deputado Joao Corregedor da Fonseca
que dispõe de tempo cedido pelo PRD

O Sr **Joao Corregedor da Fonseca** (Indep) —
Sr Deputado Narana Coissoro ouviu com alguma sur-
presa a sua intervenção designadamente a parte em que
fez referencia a forma como foram apresentados os
considerandos do diploma

Ora diz-se no preambulo deste projecto de lei o
seguinte O Estado portuguez tem por diversas for-
mas e em diferentes momentos expressado publica-
mente o reconhecimento da comunidade para com os
cidadãos que se tem distinguido por merito em defesa
da liberdade e da democracia designadamente através
da autorização de pensões

Sendo certo que se trata de uma medida de caracte-
r excepional e que de era ser consagrada com rigor
(como foi o caso da atribuição de pensões aos ex-
tarrafalistas) a verdade e que constituiria uma injus-
ticia que o Estado democratico não reconhecesse aque-
les que participaram no movimento de 18 de Janeiro
de 1934 na Marinha Grande

E estes cidadãos cujas vidas se encontram em perigo

Por tudo isto e evidente que este projecto de lei não
podera ser desconfortavel para muita gente neste país
apenas para alguns mas não sera com certeza o caso
de V Ex Mas o Sr Deputado disse que se os consi-
derandos fossem outros poderia ter subscrito o projecto
de lei e eu pergunto o que e que V Ex tem real-
mente contra este tipo de afirmações que encimam este
diploma justo e em boa hora apresentado na Assem-
bleia da Republica?

O Sr **Presidente** — Para responder se assim o dese-
jar tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoro

O Sr **Narana Coissoro** (CDS) — Sr Deputado o
projecto de lei e justo e em boa hora a ser votado
E tudo quanto tenho a dizer

O Sr **Presidente** — Para uma intervenção tem a
palavra o Sr Deputado Carlos Encarnação

O Sr **Carlos Encarnação** (PSD) — Sr Presidente
Srs Deputados O Partido Social Democrata não pode-
ria deixar de juntar mais algumas palavras ao assunto
que esta nesta altura em discussao nesta Assembleia
da solidariedade de apoio e de aprovação desta medida
legislativa

Todos temos na historia pessoal alguns actos de
participação em manifestações contra o regime de pa-
rticipação na resistencia alguns actos de formulação de
alternativas em relação ao regime a ditadura e a opres-
são A cada um a nossa medida de participação a cada
um a nossa medida de protesto a cada um o nosso
entendimento da luta contra a situação

Quando nos lembramos de que o País esta ainda
hoje felizmente cheio de gente que lutou contra a dita-
dura cheio de resistentes que se não limitam se não
reem apenas nos homens que participaram muito
honradamente no 18 de Janeiro temos a razão ultima
ou a razão essencial porque o País é oprimido de um
regime de ditadura para uma democracia Se não hou-
vessem estes multiplos resistentes se não houvesse esta
vontade colectiva de dizer não de dizer basta que
ha outras coisas no mundo no País e nos regimes poli-
ticos certamente que o Sr Deputado Marques Junior
não teria feito a intervenção que fez e o 25 de Abril
não teria acontecido

Quando estamos a recordar os resistentes de 18 de
Janeiro estamos também a lembrar todos aqueles que
ficaram sem emprego que ficaram lesados na sua vida
particular que ficam sem meios de vida que fica-
ram até sem a propria vida muitos deles ou que fica-
ram durante muito tempo sem ter jus a sua liberdade
plena quase todos E quando estamos a homenagear
os homens do 18 de Janeiro estamos com franqueza
a dizer o seguinte não foram estes os unicos homens
que foram resistentes não foram estes os unicos
homens de quem nos temos que lembrar mas estes são
uma imagem viva são uma bandeira que jamais se apa-
garia da nossa Historia

E neste sentido que aproamos esta medida legisla-
tiva e neste sentido que dizemos que esta medida é
insuficiente para honrar a memoria de todos os resis-
tentes a ditadura que possibilitaram a construção do
25 de Abril

Aplausos gerais

O Sr **Presidente** — Srs Deputados ha alguma
objecção a que se proceda simultaneamente a votação
na generalidade na especialidade e votação final glo-
bal do texto com as emendas que foram introduzidas?

Pausa

Visto não ha objecções assim se fara

Para que não estem duvidas a ser lido o novo
artículo com as alterações introduzidas

Foi lido E o seguinte

Artigo unico

1 — Aos cidadãos nacionais que em virtude da
sua participação a revolta de 18 de Janeiro de 1934
tenham sido privados da liberdade e atribuida uma
indenização expressao do publico reconhecimento
da Republica Portuguesa por rele antes serviços
prestados a sua causa da democracia

2 — A identificação indemnização prevista no número anterior traduz-se no pagamento pelo Estado de uma subvenção mensal vitalícia, de valor idêntico à do montante mais elevado do salário mínimo, isenta de quaisquer deduções; a requerimento do próprio cidadão, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto no Decreto-Lei n.º 404/82, de 24 de Setembro.

3 — A subvenção mensal vitalícia referida no número anterior só é cumulável e transmissível ao cônjuge sobrevivente, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 404/82 e legislação subsequente, para as pensões por serviços excepcionais e relevantes prestado ao país.

4 — O Governo adoptará as providências financeiras necessárias à aplicação do disposto no presente artigo, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

O Sr. **Edmundo Pedro** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Edmundo Pedro** (PS): — Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão que tem a ver com a transmissão da eventual pensão que for aqui votada às viúvas dos participantes do 18 de Janeiro e não só, que morreram no Tarrafal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Edmundo Pedro, o grande problema é que a Assembleia não vota sugestões!

O Sr. **Edmundo Pedro** (PS): — Mas eu fiz a proposta!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a verdade é que na Mesa não se encontra nenhuma proposta nesse sentido para ser posta à votação.

Pausa.

Sr. Deputado Edmundo Pedro, sem pôr em dúvida que não haja objecção por parte da Câmara a que assim se proceda, a verdade é que o consenso que se obteve foi para o texto inicial que existia e para as alterações, que foram também estabelecidas por consenso.

A proposta a que V. Ex.ª se está a referir surge um pouco sobre a hora e não sei se ela obtém consenso por parte da Câmara.

A única questão que levanto é no sentido de, saber se esta proposta não pode pôr em causa a votação, hoje, destes documentos, em termos de entrarem em vigor.

O Sr. **Edmundo Pedro** (PS): — Sr. Presidente, é evidente que não desejo criar obstáculos a esta proposta.

Se não se obtiver consenso por parte da Câmara para se introduzir essa alteração, pômo-la de lado e mais tarde se verá!

De qualquer maneira, creio que a proposta a que me refiro é de elementar justiça porque, de facto, os principais dirigentes do 18 de Janeiro morreram no Tarrafal: Mário Castelhamo, Arnaldo Simões Januário, Bento Gonçalves, este solteiro, Alfredo Caldeira, etc.

Era justo que os principais dirigentes da Revolução de 18 de Janeiro de 1934 que lá morreram, e se porventura ainda têm viúvas, beneficiassem deste regime.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

O Sr. **Carlos César** (PS): — Sr. Presidente, perguntaria, através de uma interpelação à Mesa, se haveria consenso para que a votação desta proposta de lei ocorresse na próxima terça-feira para que até lá reflectissemos sobre ela.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. **Vieira de Castro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não está em causa a justiça da questão aqui suscitada pelo Sr. Deputado Edmundo Pedro. Todavia, devo informar a Câmara de que o texto que estamos a discutir foi objecto de ponderação e, se quisermos, de conversações entre o Sr. Deputado Carlos Carvalhas e eu próprio.

Esta iniciativa legislativa nasce no momento em que estávamos a discutir a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1989, pelo que, neste momento, e em relação à esta iniciativa legislativa, o Partido Social-Democrata não pode dar acordo para que o seu âmbito seja alargado, o mesmo é dizer que não podemos acolher a proposta formulada pelo Sr. Deputado Edmundo Pedro, pese embora, admitamos, que lhe assista toda a justiça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

O Sr. **Carlos César** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo anunciar que retiramos a proposta, dado que, digamos, a nobreza do momento o exige, e é de aproveitar quando essa nobreza vem ao de cima em todas as bancadas parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, pois, proceder à votação conjunta, na generalidade, na especialidade e final global, do projecto de lei n.º 389/V (PCP) com as alterações introduzidas.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, de seguida vamos proceder à discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 68/V do CDS (alteração à Lei n.º 13/85, de 6 de Julho).

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. **Nogueira de Brito** (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, foi concedida pelos autores do respectivo projecto e por esta Assembleia, que tão activamente a discutiu e que unanimemente a aprovou, como instrumento de defesa e salvaguarda do nosso património cultural, entendido como conjunto de bens significativos do ponto de vista da nossa memória colectiva, «com interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através dos tempos», como se diz logo no artigo 1.º

Integrando por isso mesmo medidas de defesa e sal-
vaguada accionados pelo Estado não deixou de cons-
tituir uma manifestação de confiança na actuação dos
proprietários privados detentores porventura desses
mesmos bens.

Expressão dessa confiança são sem dúvida os nor-
mativos em que se prevê a concessão de benefícios fis-
cais bem como aqueles outros em que se determina
a concessão de apoios financeiros designadamente sob
a forma de crédito bonificado.

De qualquer modo as primeiras medidas apontadas
ou seja as de defesa e salvaguarda suscitaram algu-
mas dúvidas que se transformaram noutros tantos
receios em relação ao modo como iria decorrer a apli-
cação da lei.

Demonstra a nota então publicada pela Conferen-
cia Episcopal Portuguesa na qual em simultâneo com
palavras de receio se manifestava esperança numa
reformulação esclarecedora.

Estavam e estão principalmente em causa o preceito
em que se submetem tais bens a regras especiais com
acentuação da sua função social e aqueles outros em
que se prevê a possibilidade de expropriação de imó-
veis e de móveis bem como a transferência forçada dos
últimos para a posse do Estado em caso de correrem
manifesto perigo de extravio ou deterioração.

As dúvidas e os receios respeitavam principalmente
a possibilidade de a eventual aplicação de tais norma-
tivos conduzir a situações de desrespeito das normas
concordatárias que garantem a afectação permanente
ao serviço da Igreja de bens que lhe haviam pertencido
apesar de entretanto classificados como monumen-
tos nacionais e em que por outro lado se prevê que
sejam cedidos à Igreja bens móveis considerados neces-
sários ao culto e que se encontrem na posse de alguns
museus.

Muito embora entendendo que tais dúvidas resulta-
ram e resultam esclarecidas pela aplicação do disposto
no artigo 8.º da Constituição da República Portuguesa
de acordo com o qual as normas constantes de con-
venções internacionais regularmente ratificadas ou
aprovadas vigoram na nossa ordem interna enquanto
vincularem internacionalmente o Estado português
quer isso dizer em nosso entender que a Lei n.º 13/85
foi proposta a esta Assembleia e foi por ela aprovada
no pressuposto de que os seus preceitos deveriam apli-
car-se sem prejuízo do disposto na Concordata e foi
aqui apresentada com o espírito de quem sempre tem
considerado o papel e a intervenção do Estado como
destinado a cumprir uma função essencialmente suple-
tiva.

Simplesmente entendeu o CDS que a mácula da
dúvida poderia embaraçar a aplicação de diploma tão
importante para a preservação dos testemunhos da
nossa identidade nacional e por isso decidiu avançar
com um projecto em que é aditado um novo artigo
no qual expressamente se afirma a aplicação aos bens
do património cultural que constituam propriedade da
Igreja, Católica ou dos que lhe estejam afectados das
normas estabelecidas na Concordata a par de todas as
que na lei não contrariem.

Por outro lado confrontados já então com demo-
ras verificadas no processo de regulamentação da lei,
alargava-se no projecto aqui inicialmente apresentado
o prazo inicialmente concedido para efeito de regula-
mentação.

Entretanto decorreram quase quatro anos e temos
verificado com impaciência que uma lei aprovada por
todos os partidos representados na Assembleia conti-
nua a não ser aplicada continua letra morta.

Com efeito a excepção das medidas de alcance
limitado na perspectiva do que se previa na própria lei
incluídas no Código da Contribuição Autárquica e na
autorização legislativa para alteração da Sisa e do
imposto sucessório nenhum dos regulamentos previs-
tos na lei foi até hoje publicado.

Mais do que isso a par da ausência de aplicação da
lei por falta de regulamentação deixaram de se apli-
car os diplomas que antes continham a disciplina fun-
damental de alguns institutos essenciais à preservação
do património imobiliário e mobiliário. Estamos pois
perante um autêntico vazio de actuação da administra-
ção neste domínio.

E o que se passa designadamente com o instituto da
classificação dos bens sem o qual os benefícios fiscais
não aprofundam a ninguém e está completamente para-
lizado já lá vão cinco anos nem as novas classifica-
ções porque não estão regulamentadas nem as velhas
classificações porque ultrapassadas nos seus termos pela
nova lei.

Quer isso dizer que a situação para além de nociva
para o património cultural e portanto para os inte-
resses do País está a ser fonte de prejuízo para os
detentores de bens de valor cultural e desprestigiante
para a Assembleia da República apontada como autora
de leis ineficazes.

Foi tendo tudo isso em consideração e suspeitando
que as causas para esta paralização poderiam estar
ainda nas dúvidas levantadas que decidimos agendar o
nosso projecto entretanto retomado com o n.º 68/V.

Contribuir com ele para acabar com a apatia reman-
ente em matéria de protecção do património cultural é o
voto que o CDS quer hoje aqui deixar.

Aplausos do CDS

O Sr. Presidente — Para uma intervenção tem a
palavra o Sr. Deputado Sousa Lara.

O Sr. Sousa Lara (PSD) — Sr. Presidente
Srs. Deputados. Uso da palavra para fazer uma cur-
tíssima intervenção. Em primeiro lugar quero signifi-
car o nosso apreço pelo espírito de consenso e de una-
nimidade que presidiu à elaboração desta lei e que
suponho deverá continuar a presidir à sua reformu-
lação.

Também entendemos oportuno o aspecto essencial
contido no projecto de lei apresentado pelo CDS desig-
nadamente no seu artigo 4.º. Aí porque essa explicação
de facto não vindo alterar profundamente aquilo que
já hoje se pratica ou que já se pode praticar e uma
explicitação útil pelo que também a subscrevemos.

No entanto a Lei n.º 13/85 merece outra pondera-
ção. O espaço que mediou entre a sua aprovação e a
actualidade permitiu novas reflexões sobre o assunto
permitiu inclusive perceber que alguns dos seus
dispositivos não são os melhores para que ela possa ser
cabalmente executada e regulamentada e por conse-
guinte achamos muito pertinente que a comissão res-
pectiva designadamente a Comissão de Educação, Cien-
cia e Cultura se possa debruçar sobre a sua temática
e dentro desse espírito de consenso reapreciar alguns
dos dispositivos que nela estão contidos.

No entanto, entendemos que é útil esta contribuição, que foi positiva, e apreciá-la-emos devidamente no conjunto de outras propostas no seio dessa comissão.

Suponho que não cometo aqui qualquer crime de lesa Pátria se disser que pessoalmente consegui saber, suponho, que estão praticamente prontas, ultimadas as disposições regulamentares respeitantes a esta lei. Suponho que não estou a cometer qualquer indelicadeza em poder anunciar isto à Câmara, motivo que para mim é de grande regozijo porque também eu me preocupo profundamente, desde há muito, com estes assuntos e designadamente também com outros que dizem respeito a casas antigas na posse de particulares, matéria que vai merecer também a nossa preocupação quando deste assunto se tratar na comissão.

Por isso, apresentámos aquele requerimento em consenso com todos os grupos parlamentares, que suponho ser a grande solução para o momento. Aliás, não vamos ter de esperar muito para que este assunto leve uma volta, como merece.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa da Costa.

O Sr. Barbosa da Costa (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O projecto da lei n.º 68/V pretende resolver as dúvidas suscitadas pela interpretação de algumas disposições da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento dos direitos resultantes da Concordata celebrada entre o Estado português e a Santa Sé, relativamente aos bens do património histórico pertença da Igreja Católica.

É do conhecimento geral que, por razões diversas a que não é alheio o papel preponderante que a Igreja Católica teve ao longo dos tempos, no nosso país e no mundo ocidental, a Igreja possui um enorme, valioso e variado património cultural.

Mercê de várias doações, fruto de rendas diversificadas, resultado de óbolos voluntários dos fiéis e de doações régias, é facto incontestável que estão à guarda e responsabilidade da Igreja Católica inúmeros bens imobiliários, designadamente templos, mosteiros e conventos.

Se é verdade que através da apropriação de bens por parte do Estado, resultantes da Revolução Liberal e da Implantação da República, ficou reduzido o património da Igreja, entretanto, tem havido uma enorme dificuldade na sua salvaguarda e da sua manutenção face aos enormes custos advinentes da sua restauração e ajuste adequado às necessidades actuais.

Nem sempre tem sido possível, através do recurso singelo à generosidade dos fiéis, manter a dignidade dos edifícios que constituem necessariamente um património cultural comum, apesar do seu usufruto específico para o culto. Felizmente que algumas autarquias têm colaborado com empenhamento nesta tarefa urgente, colaboração essa que se diversifica pela aquisição e restauração posterior de alguns edifícios não vocacionados estritamente para o culto, mas também através da participação financeira em inúmeros restauros.

É difícil e penoso constatar as dificuldades sentidas pelas comunidades locais que, com enorme esforço, pretendem manter, com o aspecto e a funcionalidade necessárias, as suas igrejas e templos, transmitidas através de sucessivas gerações.

Desde os templos simples e austeros, expressão artística da simplicidade e pobreza rurais, passando por

imponentes edifícios que foram Igreja, Claustro e demais pertencas de importantes congregações monásticas, até aos ricos templos que enchem as nossas cidades e vilas, tudo constitui não só orgulho dos seus usufrutuários mas sobretudo uma enorme preocupação pela manutenção da sua dignidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Conhecemos esta realidade que poderá gerar alguma controvérsia, por tentar defender os interesses de uma parcela, se bem que a mais significativa do espectro religioso em Portugal, e a dignificação de um património que afinal de contas a todos pertence enquanto detentores de interesse cultural comum. Aproveitamos o ensejo para lembrar que importaria ter em conta outras realidades relativas a outros bens patrimoniais relevantes pertencente a outras confissões religiosas. Há também, disso estamos certos, edifícios de considerável interesse, pertença de outras religiões.

Importa ter em conta o preceituado na Concordata, celebrada entre a República Portuguesa e a Santa Sé, que impõe obrigações recíprocas que devem ser consideradas com o cuidado que a sua delicadeza reveste. Contudo, entendemos que o direito supranacional prevalece sobre as leis nacionais estando assim salvaguardadas as preocupações que o projecto de lei manifesta. Por outro lado, a nível de benefícios fiscais tal situação está também contemplada. Por isso, julgamos que não terá grande eficácia a iniciativa legislativa em causa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Mendes.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP manter-se-á fiel ao compromisso assumido, antes do início deste debate, de que, após a intervenção do Sr. Deputado José Luís Nogueira de Brito, se procederia à baixa à comissão do projecto de lei para que aí se encontrasse uma solução normativa adequada, e, por isso, não se pronunciará quanto à questão de fundo, que considera de extrema relevância e que, a todos os níveis, merece um debate com outra dignidade, realizado na Câmara noutras circunstâncias, a uma outra hora, com uma outra assistência, e repercussão na comunicação social.

Mantendo-se inteiramente fiel ao compromisso assumido, manifesta, todavia, duas posições: primeira, a disponibilidade integral para, em trabalhos de comissão, fazer com que a redacção final da lei seja a melhor possível; segunda, a garantia de que, de uma forma inteiramente clara e tempestiva, perante o Hemiciclo, na ocasião propícia, emitirá as suas atitudes essenciais — aliás conhecidas — relativamente à matéria.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O contexto da intervenção do meu grupo parlamentar foi já situado e foi o mesmo a que aludiu o Sr. Deputado José Manuel Mendes.

De qualquer forma, gostaria de frisar, de modo muito sintético, que a questão de fundo em apreço é de inegável importância e, segundo fomos informados,

sta a ser tratada pelo Governo de acordo com a inter-
venção que ouvidores há pouco. No entanto temos pro-
fundas dúvidas sobre a solução técnica — e só essa —
que foi apresentada pelo Centro Democrático Social.
Duvidas que, aliás, foram suficientemente explicitadas
previsadas na intervenção do Sr. Deputado Nogueira
de Brito e que radicam no seguinte: o artigo 8.º da
Constituição e claro as normas constantes de conven-
ções internacionais vigoram na ordem interna. A Con-
cordata entre Portugal e a Santa Sé é uma convenção
internacional celebrada em 1940 e ratificada posterior-
mente. Se duvidas houver esse — e não há — elas
deveriam existir.

Por outro lado, e hoje indiscutível, na doutrina que
as normas do direito internacional tem um valor supra-
legislativo e nesse sentido a precisão do projecto do
CDS e em nisso entender numa das partes desneces-
sária. Digamos que a sal aguarda do que se encontra
estabelecido na Concordata e óbvio e indiscutível e
assim e isso decorre da melhor doutrina quanto à inter-
pretação do artigo 8.º da Constituição.

Embora não sendo esse o espírito do que foi afir-
mado pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito, a neces-
sidade de um projecto de lei cuja parte substancial tenha
um carácter hermeneutico poderia levantar dúvidas
quanto ao valor autónomo e superior da Concordata
ou até mesmo levar a admitir a hipótese da secundari-
zação do seu valor o que obviamente não ocorre.

Nesse sentido estamos de acordo com o que esta dito
não se pode estar em desacordo com a interpretação
que é feita mas em nossa opinião ela é em grande
medida desnecessária, pelo menos no que diz respeito a pro-
rrogação do prazo para a regulamentação.

De qualquer forma estamos consonantes de fazer
baixar o projecto de lei à comissão e aí votá-lo com
as precisões que entretanto se alcançarem.

O Sr. Presidente — Srs. Deputados não há mais
duvidas. Vamos proceder à votação do requerimento que deu
entrada da Mesa apresentado pelos Grupos Parlamen-
tares do PSD, do PCP, do PRD e do CDS solicitando
a baixa as 3 e 8. Com os votos do projecto de lei em
debate sem votação na generalidade.

*Submetido à votação foi aprovado por unanimidade
existando se a ausência de Os Veigas e dos Deputados
Independentes Raul Castro, João Corregedor da Fom-
seca e Helena Roseta.*

O Sr. Presidente — Srs. Deputados relativamente à
próxima sessão permito-me lembrar ao vosso conheci-
mento que ela terá lugar na próxima terça-feira às 15
horas com período de antes da ordem do dia.

O período da ordem do dia inclui o projecto de lei
n.º 406/5 do PS sobre autonomia administrativa
financeira da Presidência da República e a proposta de
lei n.º 81/V que estabelece o regime jurídico da tutela
administrativa sobre o poder local.

As 19 horas e 30 minutos procederemos às votações
finais globais e outras em particular do Estatuto da
PSP.

No decorrer da sessão teremos às 15 horas e 30
minutos uma sessão de boas-vindas à Sua Excelência
o Sr. Presidente da República do Uruguai onde além da Mesa
deverá estar presente uma depu-
tação representativa de todos os grupos parlamentares.

Entre as 16 e as 19 horas decorrerá a votação dos
candidatos ao Tribunal Constitucional, Conselho Supe-
rior de Defesa e Conselho da Europa.

Srs. Deputados, esta encerra a sessão.

Em 14 horas e 5 minutos

Faltaram a sessão os seguintes Srs. Deputados

Partido Social Democrata (PPD/PSD)

Alvaro José Rodrigues Carvalho
Amandio Santa Cruz Basto Oliveira
Antonio Maria Pereira
Carlos Alberto Pinto
Fernando Dias de Carvalho Conceição
Fernando Monteiro do Amaral
Fláusino José Pereira da Silva
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva
João Costa da Silva
Joaquim Fernandes Marques
José Augusto Santos Silva Marques
José Mário Lemos Damiao
José Mendes Bota
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida
Licínio Moreira da Silva
Luís António Damasio Capoulas
Luís Filipe Menezes Lopes
Manuel da Costa Andrade
Manuel José Dias Soares Costa
Maria Assunção Andrade Esteves
Nuno Francisco F. Delerue Almeida de Matos
Pedro Manuel Cruz Roseta
Rui Manuel P. Chancelle de Machete
Vasco Francisco Aguiar Miguel
Vitor Pereira Crespo

Partido Socialista (PS)

Antonio Domingues Azevedo
Antonio José Sanches Esteves
Armando Antonio Martins Vara
Carlos Manuel Natividade Costa Candal
Helena de Melo Torres Marques
Jaime José Matos da Gama
João Barroso Soares
João Caetano Gomes Cravinho
João Fernando Branco Sampaio
João Carlos P. Basto da Mota Torres
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
José Manuel Torres Couto
José Socrates Carvalho Pinto de Sousa
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria do Céu Fernandes Esteves
Maria Teresa Santa Clara Gomes

Partido Comunista Português (PCP)

Ana Paula da Silva Coelho
Antonio Filipe Galvão Rodrigues
Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas
Domingos Abrantes Ferreira
Fernando Manuel Conceição Gomes
Maria Odete Santos

Partido Renovo Democrático (PRD)

Hermínio Pais Fernandes Martinho
Natalia de Oliveira Correia

Deputados Independentes:

Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Deputado Independente:

Carlos Mattos Chaves de Macedo.

AS REDACTORAS: *Ana Marques da Cruz — Maria Amélia Martins.*

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal 8818/85

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda e P

AVISO

Por ordem superior e para constar comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tenham aposta a competente ordem de publicação assinada e autenticada com selo branco



PORTE
PAGO

1 — P ç d pág p d l 4\$50 p ç p
l h d 93\$

2 — P ant d *Dá d Ass mbl d*
R públ p í d d t á mp ee d d d
Jan D mb d d O m p bl cad m
N emb D zemb d an ant ri q completam legi
l t dq rid p ç d cap

3 — O paz d lam ça d falt d *Dá d R p*
bl par t t g õ tó mas tr g ã
p t m t d 30 90 d à d t d p bl çã

PREÇO DESTE NUMERO 108\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex